

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30/06/2017 e 30/06/2016

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

Em Reais

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Circulante	307.862.784,10	239.725.451,97
Disponibilidades	3.222.374,11	2.487.715,30
Disponibilidades	3.222.374,11	2.487.715,30
Títulos e Valores Mobiliários	78.985,91	147.851.690,30
Títulos de Renda Fixa	78.985,91	147.851.690,30
Relações Interfinanceiras	192.545.017,41	4.715.553,49
Correspondentes no País	272.414,87	161.490,78
Centralização Financeira - Cooperativas	192.272.602,54	4.554.062,71
Operações de Crédito	108.219.129,68	84.013.695,00
Operações de Crédito	114.831.757,33	88.031.072,92
(-) Provisão Operações Crédito Liq. Duvidosa	(6.612.627,65)	(4.017.377,92)
Outros Créditos	2.502.780,06	479.306,00
Rendas a Receber	1.691.558,46	59.758,91
Avais e Fianças Honrados	191.298,05	108920,08
Diversos	921.690,42	465.055,30
(-) Provisão Outros Crédito Liq. Duvidosa	(301.766,87)	(154.428,29)
Outros Valores e Bens	1.294.496,93	177.491,88
Outros Valores e Bens	1.294.496,93	141.800,00
(-) Provisão Para Desvalorização		0,00
Despesas Antecipadas	41.136,93	35.691,88
Não Circulante	37.621.543,80	31.740.402,73
Realizável a Longo Prazo	21.545.746,94	20.047.423,69
Títulos e Valores Mobiliários	436.768,72	61.777,88
Títulos de Renda Fixa	0,00	0,00
Vinculado a Prestação de Garantias	436.768,72	61.777,88
Operações de Crédito	21.108.978,22	19.985.645,81
Operações de Crédito	21.108.978,22	19.985.645,81
Investimentos	7.547.111,76	6.891.169,51
No País	1.610.090,01	1.145.170,32
Outros Investimentos	5.937.021,75	5.745.999,19
Imobilizado de Uso	8.509.275,39	4.787.155,17
Imóveis de Uso	7.846.056,54	3.407.204,64
Outras Imobilizações de Uso	3.040.000,00	3.265.140,00
(-) Depreciações Acumuladas	(2.376.781,15)	(1.885.189,47)
Diferido	0,00	7.247,70
Gastos de Organização e Expansão	0,00	117.033,42
(-) Amortização Acumulada	0,00	(109.785,72)
Intangível	19.409,71	7.406,66
Direitos de Uso	19.463,90	7.460,85
(-) Amortização Acumulada	(54,19)	(54,19)
Total do Ativo:	345.484.327,90	212.883.521,77

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30/06/2017 e 30/16/2016

BALANÇO PATRIMONIAL

P A S S I V O

Descrição	Em Reais	
	30/06/2017	30/06/2016
Circulante	286.556.108,60	226.356.481,84
Depósitos	250.621.141,73	203.223.134,00
Depósitos a Vista	59.065.252,79	42.266.703,78
Depósitos a Prazo	191.555.888,94	160.956.430,22
Relações Interfinanceiras	13.418.011,23	7.949.454,26
Correspondente	13.418.011,23	7.949.454,26
Relações Interdependências	1.324,14	580,82
Recursos em Trânsito	1.324,14	580,82
Obrigações por Empréstimos	15.170.300,08	10.000.414,52
Empréstimos no País - Outras Instituições	15.170.300,08	10.000.414,52
Obrigações por Repasses do País	0,00	0,00
Outras Instituições	0,00	0,00
Outras Obrigações	7.345.331,42	5.182.898,24
Cobrança e Arrecadação de Trib. e Assemelhados	102.824,90	28.748,42
Sociais e Estatutárias	2.415.299,78	1.746.426,16
Fiscais e Previdenciárias	701.098,71	453.087,05
Diversas	4.126.108,03	2.954.636,61
Não Circulante	5.075.537,73	1.507.264,88
Exigível a Longo Prazo	5.075.537,73	1.507.264,88
Relações Interfinanceiras	138.996,11	150.343,04
Correspondente	138.996,11	150.343,04
Obrigações por Empréstimos	0,00	0,00
Empréstimos no País - Outras Instituições	0,00	0,00
Obrigações por Repasses do País	0,00	0,00
Outras Instituições	0,00	0,00
Outras Obrigações	4.936.541,62	1.356.921,84
Diversas	4.936.541,62	1.356.921,84
Patrimônio Líquido	53.852.681,57	43.602.107,98
Capital Social	29.895.102,86	25.398.375,65
Capital de Domiciliados	29.895.167,86	25.400.188,65
(Capital a Realizar)	(65,00)	(1.813,00)
Reservas de Capital	1.110.706,24	680.000,00
Fundo de Estabilidade Financeira FEF	1.110.706,24	680.000,00
Reserva de Sobras	16.823.955,40	12.516.893,01
Reserva Legal	16.823.955,40	12.516.893,01
Sobras do Período	6.022.917,07	5.006.839,32
Sobras do Primeiro Semestre 2017	6.022.917,07	5.006.839,32
Total do Passivo:	345.484.327,90	212.883.521,77

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30/06/2017 e 30/06/2016

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
1. Receitas de Intermediação Financeira	21.917.298,61	23.788.487,30
(+) Rendas Operações de Crédito	19.741.284,12	15.781.515,92
(+) Resultado Operações Títulos Valore Mobiliários	2.176.014,49	8.006.971,38
2. Despesas de Intermediação Financeiras	(15.531.125,13)	(2.707.784,95)
(-) Operações de Captação no Mercado	(9.105.065,11)	(8.830.030,46)
(-) Operações de Empréstimo e Repasse	(1.951.090,49)	(1.485.427,86)
(-) Provisão de Credito de liquidação Duvidosa	(4.474.969,53)	(2.392.326,63)
3. Resultado Bruto da Intermediação Financ (1+2)	6.386.173,48	11.080.702,35
4. Outras Receitas / Despesas Operacionais	(225.504,10)	(5.915.252,71)
(+) Receitas de Prestação de Serviços	1.263.251,11	924.204,76
(+) Rendas de Tarifas Bancárias	2.160.289,03	1.292.763,92
(+) Resultado Partição Coligadas Controladas	208.437,14	148195,44
(+) Outras Receitas Operacionais	7.702.862,44	398.935,94
(-) Despesas de Pessoal	(5.957.799,21)	(5.054.733,40)
(-) Outras Despesas Administrativas	(4.396.799,55)	(3.263.319,08)
(-) Despesas Tributárias	(164.042,22)	(112.203,95)
(-) Outras Despesas Operacionais	(1.041.702,84)	(249.096,34)
5. Resultado Operacional (3+4)	6.160.669,38	5.165.449,64
6. Outros Resultados	111.292,57	-26.066,53
7. Resultado Antes da Tributação Sobre Lucro (5+6)	6.271.961,95	5.139.383,11
Resultado com Associados	5.697.545,15	4.794.221,42
Resultado com Não Associados	574.416,80	345.161,69
8. Imposto De Renda e Contribuição Social	(249.044,88)	(132.543,79)
Provisão para Imposto de Renda	(146.854,76)	(82.475,63)
Provisão para Contribuição Social	(102.190,12)	(50.068,16)
9. Resultado Depois Trib. S/Lucro (7+8)	6.022.917,07	5.006.839,32
Resultado com Associados	5.697.545,15	4.794.221,42
Resultado com Não Associados	325.371,92	212.617,90
10. Sobras Liquidas do Período	6.022.917,07	5.006.839,32

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30/06/2017 e 30/06/2016

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em Reais

Eventos	Capital Social	Reservas		Sobras a Disposição da AGO	Total
		Legal	Fundo de Estabilidade		
SALDO EM 30/06/2015	22.814.762,66	10.971.012,30	680.000,00	2.302.260,23	36.768.035,19
MUTAÇÕES EM 30/06/2016	2.583.612,99	1.545.880,71	0	2.704.579,09	6.834.072,79
Integralização de Capital	1.926.923,78	0	0	0	1.926.923,78
Devolução de Capital	(734.603,45)	0	0	0	(734.603,45)
Incorporação das Sobras	1.391.292,66	0	0	(1.391.292,66)	0,00
Resultado Cooperado 2 Sem 2015	0	0	0	863.507,66	863.507,66
Resultado Não Cooperado 2 Sem 2015	0	0	0	148.791,09	148.791,09
Destinação do Resultado 2015	0	1.545.880,71	0	(1.545.880,71)	0,00
Fates Não Cooperado 12/2015	0	0	0	(222.797,55)	(222.797,55)
Destinação Fates 12/2015	0	0	0	(154.588,06)	(154.588,06)
Resultado Coop. 1 Semestre 2016	0	0	0	4.794.221,42	4.794.221,42
Result. Não Coop. 1 Semestre 2016	0	0	0	212.617,90	212.617,90
SALDO EM 30/06/2016	25.398.375,65	12.516.893,01	680.000,00	5.006.839,32	43.602.107,98
MUTAÇÕES EM 30/06/2017	4.496.727,21	4.307.062,39	430.706,24	1.016.077,75	10.250.573,59
Integralização de Capital	2.116.401,11				2.116.401,11
Devolução de Capital	(1.065.323,81)				(1.065.323,81)
Incorporação das Sobras	3.445.649,91			(3.445.649,91)	0,00
Resultado Cooperado 2 Sem 2016				3.706.123,60	3.706.123,60
Resultado Não Cooperado 2 Sem 2016				360.165,98	360.165,98
Destinação do Resultado 2016		4.307.062,39		(4.307.062,39)	0,00
Destinação do Resultado 2016			430.706,24	(430.706,24)	0,00
Fates Não Cooperado 12/2016				(459.004,12)	(459.004,12)
Destinação Fates 12/2016				(430.706,24)	(430.706,24)
Resultado Coop. 1 Semestre 2017				5.697.545,15	5.697.545,15
Result. Não Coop. 1 Semestre 2017				325.371,92	325.371,92
SALDO EM 30/06/2016	29.895.102,86	16.823.955,40	1.110.706,24	6.022.917,07	53.852.681,57

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30/06/2017 e 30/06/2016

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

Em Reais

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	10.338.251,54	6.151.681,86
Resultado do Exercício 2º Semestre do Ano Anterior	4.066.289,59	1.012.298,75
Resultado do Exercício 1º Semestre Ano Corrente	6.271.961,95	5.139.383,11
2 - Ajuste Por	28.975.764,13	47.380.206,47
Depreciação / Amortização	381.805,96	339.290,33
(Aumento) ou Diminuição dos Tit. e Valores Mobil. Acima 90 Dias	(1.534.809,69)	1.870.750,35
(Aumento) ou Diminuição das Operações de Créditos	(25.328.767,09)	(9.956.262,06)
(Aumento) ou Diminuição das Outros Créditos	(2.023.474,06)	(125.627,63)
(Aumento) ou Diminuição dos Outros Valores e Bens	(1.117.005,05)	141.649,27
(Diminuição) ou Aumento em Depósitos	47.398.007,73	46.161.190,09
(Diminuição) ou Aumento em Relações Interfinanceiras	5.457.210,05	8.099.796,95
(Diminuição) ou Aumento em Relações Interdependentes	743,32	580,82
(Diminuição) ou Aumento em Outras Obrigações	5.742.052,96	848.838,35
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	39.314.015,67	53.531.888,33
4 - Tributação do Resultado Antes da Destinação das Reservas	(249.044,88)	(132.543,79)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(249.044,88)	(132.543,79)
5 - Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (3+4)	39.064.970,79	53.399.344,54
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(3.522.523,92)	(622.561,49)
Investimentos	(464.919,69)	(1.452.098,10)
Ativo Imobilizado / Diferido	(4.108.681,53)	(362.783,72)
Integralização de Capital	2.116.401,11	1.926.923,78
Devolução de Capital	(1.065.323,81)	(734.603,45)
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	5.169.885,56	(3.739.531,68)
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações Por Empréstimos	5.169.885,56	6.158.050,15
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações por Repasses no País		(9.897.581,83)
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	40.712.332,43	49.037.251,37
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	40.712.332,43	49.037.251,37
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	155.055.059,09	106.017.807,72
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	195.767.391,52	155.055.059,09

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS - SICOOB CREDICANOINHAS/SC**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 22/11/1984, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** possui 17 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CANOINHAS - SC, BELA VISTA DO TOLDO - SC, IRINEÓPOLIS - SC, PORTO UNIÃO - SC, TRES BARRAS - SC, SÃO MATEUS DO SUL - PR, UNIÃO DA VITÓRIA - PR, CRUZ MACHADO - PR, SÃO JOÃO DO TRIUNFO - PR, PAULO FRONTIN - PR, MALLET - PR, ANTÔNIO OLINTO - PR, PAULA FREITAS - PR, PALMEIRA - PR, ARAQUARI - SC.**

O **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela administração em **30.06.2017**.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subseqüente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/15; Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.144/12.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias

existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do **Bancoob**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183 . O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de Junho de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de Junho de 2017**

4. Títulos e valores mobiliários

Em **30 de Junho de 2017** e **2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Título De Renda Fixa	515.754,63	147.851.690,30
TOTAL	515.754,63	147.851.690,30

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

5. Relações interfinanceiras

Em 30 de Junho de **2017** 30 de junho de **2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Relações Com Correspondentes	272.414,87	161.490,78
Correspondentes No País	272.414,87	161.490,78
Centralização Financeira - Cooperativas	192.272.602,54	4.554.062,71
TOTAL	192.545.017,41	4.715.553,49

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	825.209,44	0,00	825.209,44	523.096,61
Empréstimos	65.002.106,39	19.019.788,56	84.021.894,95	68.118.524,89
Títulos Descontados	16.069.272,29	0,00	16.069.272,29	13.542.537,62
Financiamentos	3.782.272,47	2.009.301,00	5.791.573,47	6.967.844,80
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	29.152.896,74	79.888,66	29.232.785,40	18.864.714,81
(-) Provisões para Operações de Crédito	5.245.715,90	1.526.094,69	6.771.810,60	4.085.949,83
TOTAL	109.586.041,43	19.582.883,53	129.168.924,96	103.930.768,90

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017	Total em 30/06/2016	Provisões 30/06/2016
AA - Normal	2.647.861,54	42,00	28.211,44	0,00	2.676.114,98		4.221.568,99	
A 0,5% Normal	42.395.265,09	342.186,86	2.882.653,75	15.842.140,34	61.462.246,04	307.311,23	53.215.485,77	266.077,43
B 1% Normal	28.801.938,71	2.625.852,58	2.058.782,86	12.919.607,50	46.406.181,65	464.061,82	35.123.564,22	351.235,64
B 1% Vencidas	936.008,03	72.115,52	148.829,53	0,00	1.156.953,08	11.569,53	1.391.845,09	13.918,45
C 3% Normal	7.666.956,31	1.439.054,37	217.608,13	144.412,98	9.468.031,79	284.040,95	4.289.206,13	128.676,18
C 3% Vencidas	3.104.413,30	190.686,75	136.755,13	100.406,55	3.532.261,73	105.967,85	2.566.865,75	77.005,97
D 10% Normal	1.934.967,42	210.958,66	0,00	1.941,23	2.147.867,31	214.786,73	1.861.312,46	186.131,25
D 10% Vencidas	1.674.220,23	23.695,50	33.004,76	26.811,81	1.757.732,30	175.773,23	1.108.253,15	110.825,32
E 30% Normal	296.165,84	17.040,99	1.012,77	33.293,94	347.513,54	104.254,06	194.698,25	58.409,48
E 30% Vencidas	473.416,93	66.435,88	729,39	81.897,66	622.479,86	186.743,96	1.428.598,50	428.579,55
F 50% Normal	237.369,62	18.087,38	0,00	3.140,09	258.597,09	129.298,55	41.413,53	20.706,77
F 50% Vencidas	1.827.198,06	21.623,60	56.831,48	41.114,08	1.946.767,22	973.383,61	282.581,13	141.290,57
G 70% Normal	328.605,87	2.163,55	0,00	0,00	330.769,42	231.538,59	120.440,15	84.308,11
G 70% Vencidas	1.516.432,52	654,00	36.543,71	0,00	1.553.630,23	1.087.541,16	203.401,86	142.381,30
H 100% Normal	747.069,53	111.531,31	0,00	0,00	858.600,84	858.600,84	469.786,04	469.786,04
H 100% Vencidas	1.277.534,34	100.122,44	190.610,52	38.019,22	1.606.286,52	1.606.286,52	1.606.617,79	1.606.617,79
Total Normal	85.056.199,93	4.766.917,70	5.188.268,95	28.944.536,08	123.955.922,66	2.593.892,77	99.537.475,54	1.565.330,90
Total Vencidos	10.809.223,41	475.333,69	603.304,52	288.249,32	11.984.812,89	4.147.265,86	8.479.475,54	2.520.618,95
Total Geral	95.865.423,34	5.242.251,39	5.791.573,47	29.232.785,40	135.940.735,55	6.741.158,63	108.016.718,73	4.085.949,83
Provisões	5.772.705,06	359.572,85	295.550,27	313.330,45	6.771.810,60		4.085.949,83	
Total Líquido	90.092.718,28	4.882.678,54	5.496.023,20	28.919.454,95	129.168.924,96		103.930.768,90	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	32.050.385,77	28.725.976,72	19.019.788,56	79.796.151,05
Títulos Descontados	15.649.842,01	419.430,28	0,00	16.069.272,29
Financiamentos	1.258.389,50	2.523.882,97	2.009.301,00	5.791.573,47
Financiamentos Rurais	1.251.455,13	27.901.441,61	79.888,66	29.232.785,40
TOTAL	50.210.072,41	59.570.731,58	21.108.978,22	130.889.782,21

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	30/06/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.115.967,73	10.009.515,96	5.628.584,62	4.077.856,39	20.831.924,70	15%
Setor Privado - Indústria	436.701,08	8.869.734,97	1.155.815,54	621.717,35	11.083.968,94	8%
Setor Privado - Serviços	2.140.688,37	29.682.003,37	7.274.978,39	0,00	39.097.670,13	29%
Pessoa Física	1.445.942,38	36.240.961,57	1.881.975,62	24.432.739,08	64.001.618,65	47%
Outros	102.951,83	785.508,65	127.918,12	100.472,58	1.116.851,18	1%
TOTAL	5.242.251,39	85.587.724,52	16.069.272,29	29.232.785,40	136.132.033,60	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	20.586.105,85	16.289.073,63
Transferência para prejuízo	2.145.013,21	2.741.236,54
Reversões de Prejuízo	(689.180,37)	(1.379.094,86)
TOTAL	22.041.938,69	20.409.405,03

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2017	30/06/2016
Avais E Fianças Honrados	191.298,05	108.920,08
Rendas A Receber	1.691.558,46	59.758,91
Diversos	921.690,42	465.055,30
(-) Provisoes Para Outros Creditos	-301.766,87	-154.428,29
TOTAL	2.502.780,06	479.306,00

7. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Bens Não de Uso Próprio	1.253.360,00	141.800,00
Despesas Antecipadas	41.136,93	35.691,88
TOTAL	1.294.496,93	177.491,88

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Participações em cooperativa central de crédito	5.937.021,75	5.745.999,19
Participações inst financ controlada coop crédito	1.610.090,01	1.145.170,32
TOTAL	7.547.111,76	6.891.169,51

09. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	3.040.000,00	0,00	
Terrenos	2.195.739,99	2.195.739,99	
Edificações	1.211.464,65	1.211.464,65	4%
Móveis e equipamentos de Uso	1.446.711,31	1.047.495,45	10%
Sistema de Comunicação	178.936,96	157.741,11	20%
Sistema de Processamento de Dados	1.821.097,71	1.279.809,26	20%
Sistema de Segurança	467.034,12	377.443,98	10%
Sistema de Transporte	525.071,80	402.650,20	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	-2.376.781,15	-1.885.189,47	
TOTAL	8.509.275,39	4.787.155,17	

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros Ativos Intangíveis	19.463,90	7.460,85
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	-54,19	-54,19
TOTAL	19.409,71	7.406,66

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Depósito à Vista	59.065.252,79	42.266.703,78
Depósito Sob Aviso	11.006,04	9.760,75
Depósito a Prazo	191.544.882,90	160.946.669,47
TOTAL	250.621.141,73	203.223.134,00

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

13. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Finalidade	Vencimento	30/06/2017	30/06/2016
COOPERATIVA CENTRAL	Repasse	Diversos	15.170.300,08	10.000.414,52
REPASSES INTERFINANCEIROS	Repasse	Diversos	13.557.007,34	8.099.797,03
TOTAL			28.727.307,42	18.100.211,55

14. Outras Obrigações

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Resultado De Atos Com Associados	430.725,05	192.624,61
Resultado De Atos Com Não Associados	1.886.470,38	1.427.466,26
Cotas De Capital A Pagar	98.104,35	126.335,29
TOTAL	2.415.299,78	1.746.426,16

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	236.814,13	131.855,57
Impostos e contribuições a recolher	464.284,58	321.231,48
TOTAL	701.098,71	453.087,05

14.3 Diversas

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Cheques Administrativos	0,00	250.000,00
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento	408.400,36	274.810,05
Provisão Para Pagamentos A Efetuar	2.137.416,62	1.780.970,44
Provisão Para Passivos Contingentes	4.936.541,62	1.356.921,84
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	159.184,57	0,00
Recursos Vinculados A Operações De Crédito	66.684,08	67.581,50
Credores Diversos - País	1.354.422,40	581.274,62
TOTAL	9.062.649,65	4.311.558,45

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 30.06.2017

(b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com pessoal, administrativas e outros pagamentos.

(c) Refere-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa de garantias prestadas de operações de coobrigações no valor de R\$ 159.184,57. Os demais créditos de Provisão para Passivos Contingentes seguem em tabela abaixo:

Descrição	30/06/2017		30/06/2016	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição De Recursos Trabalhistas	230.000,00	18.519,26	86.708,52	
TOTAL	230.000,0	18.519,26	86.708,52	

15. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 30 de Junho de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 21.646.916,14, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

16. Contingências Passivas

Na avaliação das obrigações da possibilidade de perda dos casos, classificamos, com base na posição fornecida pelo setor jurídico da entidade, em prováveis, possíveis ou remotas.

Perdas Prováveis são reconhecidas na contabilidade quando são extremamente duvidosas que a empresa venha a ter êxito em anular a obrigação.

Perdas Possíveis são divulgadas em notas explicativas quando há a possibilidade de ocorrer, entretanto os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDICANOINHAS**, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas prováveis e possíveis os processos conforme tabela a seguir:

Descrição	Quantidade	Provável	Possível
Trabalhista	1	30.000,00	0,00
Total	1	30.000,00	0,00

Conforme processo 0001217-38.2014.5.9.0026 para este processo foi efetuado o depósito recursal mais custas processuais no valor de R\$: 18.519,26 (dezoito mil quinhentos e dezenove reais e vinte e seis centavos)

17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de **2016** e **2015**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18 . Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Capital Social	29.895.102,86	25.398.375,65
Associados	23.426	18.597

b) Das Reservas

b.1) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Constituído de acordo com o previsto em regulamento próprio, o fundo de estabilidade financeira, tem como objetivo suprir eventuais obrigações financeiras no caso de perda de receitas. Está contabilizado no subgrupo “Outras” do grupo “Reservas de Sobras”, o valor de R\$ 1.110.706,24, (Um milhão cento e dez mil setecentos e seis reais e vinte e quatro centavos).

b.2) Fundo de Reserva Legal

Constituído de acordo com o previsto na Lei 5.764/71 e no Estatuto Social. Está contabilizado no subgrupo "Reserva Legal" do grupo "Reserva de Sobras", o valor de R\$ 16.823.955,40 (Dezesseis milhões oitocentos e vinte e três mil novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos).

c) Do Resultado do Exercício

As sobras do primeiro semestre de 2017, no valor de R\$ 6.022.917,07 (Seis milhões vinte e dois mil novecentos e dezessete reais e sete centavos), permanecem inalteradas na conta "sobras ou perdas primeiro semestre" sem sofrerem redução das destinações estatutárias, sendo que essas destinações ocorrerão somente em 31.12.2017, quando somadas ao resultado do segundo semestre.

19. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 30 de junho de 2017

Operações ativas e passivas – saldo em 30 de junho de 2017

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	90,36	0,90	0,01%
Crédito Rural	125.147,69	1.251,48	0,43%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	216.401,07	0,37%	0%
Depósitos a Prazo	1.239.358,76	0,65%	0,79%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	17.113,50
Empréstimos e Financiamentos	252.500,00

20. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS - SICOOB CREDICANOINHAS/SC, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICANOINHAS/SC responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

21. Gerenciamento de Risco

21.1 Risco operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), o qual consiste em:

a) A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

b) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

c) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

21.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

21.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

21.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

Atenciosamente

FRANCISCO GRESELLE
Presidente

MARCIA MARIA KOHLER DE LIMA
Diretora Operacional

ELISON SELENKO
Contador CRC SC 035759/0-7